

MAIO DE 68: O ADVENTO DO INDIVIDUALISMO E DA HETERONOMIA

Irene de Arruda Ribeiro Cardoso *

Comentário crítico da obra de

Jean Luc-Ferry & Alain Renaut – **Pensamento 68**: ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo. São Paulo, Ensaio, 1988.

Este livro inscreve-se claramente no debate modernidade *versus* pós-modernidade (Habermas, 1983) e nas suas diversas formulações: cultura do narcisismo (Lasch, 1983), declínio do homem público (Sennett, 1988), o pós-modernismo e a emergência de uma cultura hedonista (Bell, 1979), para ficar com os exemplos mais conhecidos.

* Professora do Departamento de Sociologia – FFLCH-USP.

Entretanto, a especificidade do livro é a da construção de uma análise do Pensamento 68, entendido como a “filosofia francesa dos anos 68”, uma “constelação de obras cronologicamente próximas a Maio” e sobretudo aquelas “cujos autores reconheceram quase sempre explicitamente um parentesco de inspiração com o movimento” (p. 12). A interpretação construída pelos autores propõe que a filosofia francesa dos anos 68 “escolheu resolutamente o partido do anti-humanismo” (p. 18) (Foucault, Althusser, Derrida, Lacan, Bourdieu, Deleuze, Lyotard).

Simultaneamente os autores procuram reconstruir a questão da “significação cultural de Maio de 68”, partindo de uma *aparente* heterogeneidade entre o pensamento filosófico de 68 e a contestação de Maio (que longe de significar a “liquidação da subjetividade”, teria exatamente se apresentado como uma “revolta dos indivíduos contra o sistema que os negaria enquanto tal”) (p. 55). No entanto, o que a análise mostrará é que esta “aparente heterogeneidade” se dissolve quando a interpretação reconstrói a questão da “afirmação do Eu contra o sistema” a partir de uma significação muito precisa: a da afirmação da individualidade contra a pretensão da universalidade das normas, que inaugura um processo de “dissolução do Eu como vontade autônoma”, inscrito na “lógica da heteronomia”. A morte do sujeito no advento do Indivíduo, enquanto uma significação reconstruída pela interpretação, permitiria então compreender em que medida o Pensamento 68 legitima filosoficamente o anti-humanismo e a heteronomia.

Identificar o posicionamento filosófico, teórico e metodológico dos autores é fundamental, no sentido de perceber de que modo a interpretação se inscreve no debate contemporâneo no que se refere à questão humanismo/anti-humanismo, à questão do “estatuto da subjetividade” e à questão do “estatuto da razão em sua relação com o Outro”(p. 23). O livro, construído centralmente na interpretação da filosofia dos “anos 68” e na interpretação da significação cultural de Maio de 68, detém-se especial e longamente na análise das “modalidades filosóficas da volatilização da subjetividade” (Foucault, Derrida, Bourdieu e Lacan). Assumindo, claramente, um posicionamento teórico e metodológico de exaustivamente “*esclarecer* os debates”, “*identificar* posições”, “*fazer críticas* no sentido de uma *delimitação*” e “*desvelar* as contradições” (p. 264), os autores conferem pouco espaço a uma explicitação, mais longamente trabalhada, da sua própria interpretação. Considerando o “impressionante e persistente simplismo” da crítica anti-humanista construída pela filosofia francesa dos anos 68, propõem que há ainda uma tarefa a ser realizada: a de escrever uma “história do sujeito”, isto é, das “representações modernas da subjetividade”. Neste sentido, os autores comprometem-se com uma continuação do livro onde “as faces plurais do sujeito, não totalizáveis sob um conceito único”, pudessem ser reconstruídas numa perspectiva que, recusando a postura de uma “história linear” do sujeito, fizesse emergir as “variações e clivagens” daquela história (“do aparecimento cartesiano do *cogito* às desconstruções empiristas da

idéia de substância, da crítica kantiana da psicologia racional à sua reabilitação analítica em Schelling e Hegel”) (p. 264-5).

Embora o livro (vale a pena insistir) realize uma reconstrução rigorosa da “filosofia dos *sixties*”, constrói, ao mesmo tempo, uma interpretação, no mínimo polêmica, sobre o *Pensamento* 68. Este, iniciando e acompanhando o “processo de desagregação do Eu que conduz à consciência *cool* dos anos 80” (p. 92), seria marcado ainda segundo os autores por um certo “estilo de vida filosófica”: o “culto do paradoxo”, a “busca da marginalidade”, o “fantasma da conspiração”, o “destino de párias intelectuais” (p. 35-7).

Enfrentar esta interpretação que se coloca num registro de objetividade que pretende esclarecer, identificar, delimitar e desvelar posições, e que efetivamente pouco explicita, do mesmo modo exaustivo com que analisa o *Pensamento* 68, a sua própria posição, exige uma leitura teórica que esteja atenta aos seus pressupostos metodológicos e filosóficos. A reconstrução, passo a passo, da interpretação construída pelos autores (evidentemente que dentro dos limites de espaço deste comentário), a adoção de uma postura analítica, têm aqui a vantagem de permitir a explicitação das referências valorativas dos autores, atribuídas à filosofia e à modernidade.

Concordando com os autores do livro de que o debate aí posto configura o problema filosófico do mundo contemporâneo, que está simultaneamente referido ao plano político (“a questão da subjetividade na democracia”) importa ressaltar que o enfrentamento das questões postas pelo texto, se obviamente concernem à Filosofia, concernem também às chamadas Ciências Humanas (à Sociologia, à Antropologia, à História, à Ciência Política, à Psicanálise) que em maior ou menor grau, muitas vezes colocam-se defensivamente à margem daquelas questões.

O tipo ideal da “Filosofia dos *sixties*”

O primeiro passo fundamental realizado pelos autores é o da construção do “tipo ideal do pensamento 68”. A partir de uma definição detalhada de tipo ideal (remetida a Raymond Aron de *As Etapas do Pensamento Sociológico* e obviamente a Weber) explicitam as suas “premissas metodológicas”. Consideram o tipo ideal um “instrumento de pesquisa”, caracterizado por ser uma “reconstrução inteligível de uma realidade histórica singular”, que “reúne segundo uma escolha entre outras os aspectos essenciais (típicos) suscetíveis de constituir um todo inteligível”. A pertinência do tipo ideal seria medida “pela sua congruência (pela inteligibilidade das relações que realizam os elementos do todo) e pela possibilidade de sua comparação com as realidades singulares

(às quais por definição ele não corresponde jamais integralmente) para adquirir delas uma compreensão”. A construção do tipo ideal tem uma “função de delimitação”, permitindo precisar o que os autores entendem por *Pensamento* 68, ou seja, “o pensamento que deixa que se lhe aplique, segundo um grau de adequação maior ou menor (mas em todo caso, um certo grau) um tal tipo, ou, ao menos um certo número de elementos do tipo” (p. 25-6).

É dentro desta premissa metodológica que são construídas, então, as “quatro características essenciais do pensamento 68”:

1. *O tema do fim da filosofia*: marcado pelo rompimento com a tradição filosófica de Platão a Hegel, corresponde a dois grandes “modelos de desconstrução”, o marxismo (Althusser) e a genealogia nietzscheana/heideggeriana (Derrida) (p. 26 e segs.).

2. *O paradigma da genealogia*: que “tanto do lado do marxismo ou do freudismo, quanto na tradição nietzscheana/heideggeriana constrói a convicção de que a atividade filosófica por excelência dever-se-ia definir, hoje, pelo método genealógico, no sentido em que Nietzsche o entendia”. A questão filosófica fundamental não seria mais “o que é que...?”, mas sim “quem é que...?”. Não mais discernir sobre o “conteúdo” do discurso mas “interrogar-se sobre suas condições exteriores de produção” (p. 28 e segs.).

3. *A dissolução da idéia de verdade*: consequência lógica da genealogia nietzscheana, aqui a própria idéia de verdade (ao menos em sua concepção tradicional) é posta em questão. “A prática da genealogia impõe, assim, a referência a uma outra concepção de verdade que, já presente em Nietzsche, só será verdadeiramente tematizada em Heidegger, através da definição da verdade como *aletheia*, como um desvelamento inseparável de uma parte de velamento” (p. 31 e segs.).

4. *A historicização das categorias e o fim de toda referência ao universal*: esta quarta e última característica, com laço estreito com as anteriores, “termina a constituição do tipo como inteiramente inteligível”. Marca esta característica a proposição de Foucault de que “o verdadeiro sentido histórico reconhece que nós vivemos sem referências, nem coordenadas originais, em miríades de acontecimentos perdidos” (p. 33-4).

A identificação do “fundo comum suscetível de juntar” “filosofias procedentes de orientações tão divergentes, quanto as de inspiração marxista de um lado, e de outro a desconstrução nietzscheana/heideggeriana/freudiana da racionalidade”, em torno de quatro características, resultou na possibilidade de uma construção inteligível, a partir do tipo ideal. A inteligibilidade do *Pensamento* 68, assim construída permite então com que os autores afirmem que aquele “fundo comum” seria justamente o do projeto de uma “crítica radical da subjetividade”, da proclamação da “morte do homem como sujeito” (p. 38). A genealogia – questionando a idéia do sujeito como consciência (“o sujeito consciente torna-se um puro objeto”); negando a subjetividade e portanto destruindo a “idéia mesma da humanidade como intersubjetividade”, que levaria conse-

qüentemente ao “desaparecimento da comunicação por trás das puras relações de força”; proclamando o “ódio ao universal” – produz o que há de específico no Pensamento 68, o anti-humanismo (p. 39-41).

Procurando buscar a “gênese intelectual” do Pensamento 68, os autores propõem compreender a filosofia francesa como “repetição hiperbólica da filosofia alemã”. O Pensamento 68 seria “o resultado de uma utilização mais ou menos complexa, de temas e teses emprestadas de filósofos alemães, no essencial de Marx, Nietzsche, Freud e Heidegger”. Não simples repetição dos temas, mas sobretudo “radicalização” deles, de onde talvez tenha nascido o seu anti-humanismo (p. 42). O “heideggerianismo francês”, o “marxismo francês”, o “nietzscheanismo francês”, o “freudismo francês” como expressões daquela radicalização e portanto da “volatização da subjetividade” (p. 93), são detalhadamente analisados no livro a partir de alguns autores considerados mais expressivos: Derrida (heideggerianismo francês); Bourdieu (marxismo francês); Foucault (nietzscheanismo francês) e Lacan (freudismo francês).

Heterogeneidade ou homogeneidade entre o Pensamento 68 e o Movimento de Maio?

A grande questão posta pelos autores no que se refere à interpretação do movimento de Maio de 68 parte de uma *primeira* constatação de que Maio não apareceria de início como “tendo sido dominado pela busca do inumano”, como “liquidação da subjetividade”, mas como “revolta dos indivíduos contra o sistema”. Seriam, então, tão heterogêneos e incompatíveis, o Pensamento filosófico dos *sixties* e a contestação de Maio de 68? Permanecendo no registro *mais imediato* do movimento de Maio, o tipo ideal do Pensamento 68 poderia ser considerado então “imperfeito”: estando próximo cronologicamente e por afinidade da contestação de Maio, a heterogeneidade entre eles questionaria a adequação do tipo. A “aparência de Maio” tornava-se, então, um “obstáculo à interpretação do Pensamento 68” (p. 55-6).

Colocar o “problema da significação cultural de Maio de 68” é então uma questão absolutamente pertinente, para Ferry e Renaut.

Dando-se conta da diversidade das interpretações relativas a Maio de 68, os autores, de um modo análogo ao procedimento adotado na construção do tipo ideal do Pensamento 68, procuram buscar um “princípio” ou um “fio condutor” que permitisse estruturá-la (num todo inteligível) e então compreender aquela diversidade. Pondo em

primeiro plano a questão da objetividade da interpretação, propõem a construção de uma “lógica das interpretações” (a “teoria dos pontos de vista ou das perspectivas”) (p. 57-8).

Partindo de uma classificação construída por P. Bénétou e J. Touchard (in: *Les interprétations de la crise de mai-juin 1968*, de 1970), seria então possível colocar a “questão da lógica suscetível de organizar verdadeiramente o campo interpretativo” (p. 58). Bénétou e Touchard propõem oito leituras do acontecimento: 1) Maio de 68 como complô; 2) Maio de 68 como crise da Universidade; 3) Maio como acesso de febre ou como revolta da juventude; 4) Maio como crise de civilização; 5) Maio como conflito de classes de um novo tipo; 6) Maio como conflito social de tipo tradicional; 7) Maio como crise política, devida às instituições da V República e à ausência de uma real alternativa política; 8) Maio como encadeamento de circunstâncias (p. 58-62).

A questão posta, então, é a da necessidade de indicar um “fio condutor preciso” que permita uma orientação “nos labirintos deste campo interpretativo”, para descobrir nesta diversidade, uma “lógica”. O fio condutor proposto – que procede de uma “consideração simples” – é o de que o problema do intérprete, diante do movimento histórico que se apresenta como uma “subversão” ou “revolução”, é justamente o de saber “que alcance e estatuto atribuir ao ponto de vista dos próprios atores”. Redimensionando a questão: o fio condutor seria a “questão da concepção do sujeito” – “sujeito (finito) prático”; “sujeito (absoluto) como Sistema imanente à história”; “volatização de toda subjetividade” (a perspectiva da desconstrução) (p. 62-4).

A reconstrução desta “lógica” do campo interpretativo permite então aos autores entender que “os problemas colocados pelas interpretações de Maio deveriam aparecer como estranhamente homogêneos àquilo que constitui a questão intelectual (do *Pensamento* 68) em jogo no acontecimento: o processo do sujeito” (p. 63-4).

A reconstrução da “lógica” do campo interpretativo permite ainda reduzir, a partir do fio condutor (a questão da concepção do sujeito) a diversidade labiríntica anterior a três posturas interpretativas relativas a Maio de 68: 1) O ponto de vista dos atores – a revolta da liberdade (sujeito prático) contra a opressão do Estado (Sartre, Castoriadis, Morin); 2) Maio como pseudo-revolução, ou mudança na continuidade – duas análises de inspiração distintas, marxista e toqueviliana, onde a crise de maio aparece como etapa do desenvolvimento do individualismo burguês, efeito do sistema capitalista (R. Debray e G. Lipovetsky); 3) O acontecimento de Maio – “a iniciativa é iniciação/inauguração absoluta, puro começo: a revolução surge propriamente do nada, deste ‘lugar nenhum’ resistente a todas as explicações que, armadas do princípio da razão, buscam uma origem” (Lefort) (p. 81-2).

Maio de 68: a morte do sujeito, o advento do individualismo e da heteronomia

Metodologicamente coerente com a interpretação construída até este momento – a construção (aroniana e weberiana) do tipo ideal do Pensamento 68 cujo traço característico era o da “crítica radical da subjetividade”, a construção de uma “lógica do campo interpretativo” cujo fio condutor era o da “concepção do sujeito” – os autores finalmente propõem o “princípio do pluralismo interpretativo” que reencontram em R. Aron, como “uma efetivação concreta da metodologia weberiana” (p. 85).

O pluralismo interpretativo – permitindo a construção de uma “hipótese” entre outras, de “um elemento explicativo entre uma diversidade de outros possíveis” – poupa à interpretação os “excessos redutores que são inerentes ao dogmatismo”. Possibilita, ainda, “colocar a ênfase, antes sobre certo nível de interpretação do que sobre outro, sendo que a *escolha* de um destes níveis constitui uma abstração metódica em relação ao modo em que se encontram estreitamente imbricados na realidade histórica concreta” (p. 89).

É justamente em R. Aron (*La Révolution Introuvable*, publicado em 1968) que os autores descobrem, “integrada a outras explicações”, uma importante relação entre o clima intelectual de 68, a crise de Maio e o que deveriam ser suas consequências “tidas desde então como previsíveis”. “A *intelligentsia* dos anos 60, escreve Aron, tinha por deus não mais o Sartre do pós-guerra, mas uma mistura de Lévi-Strauss, Foucault, Althusser e Lacan” (p. 87). Dois efeitos foram produzidos a partir desta constelação: 1) ela favoreceu nos meios parisienses a fórmula segunda a qual “não há fatos”, “tudo se equivale”, “não há normas que se devam impor ao jogo do desejo”; 2) há apenas um passo da “dissolução das normas” ao “neo-nihilismo”; a “recusa de uma ordem sem vislumbre de outra ordem alternativa”, seria “uma das causas da decomposição de Maio” (p. 88).

Relacionar a crise de 1968 como “crítica das normas” com o trabalho crítico realizado em relação à normatividade pela filosofia francesa, significa não uma relação de causa e efeito, mas sim que o Pensamento 68 integra-se num conjunto significativo que ele ilumina, sendo por ele iluminado, quanto ao seu alcance. Deste modo, consideram os autores, que “desde o verão de 1968 era percebido, no horizonte do que viria a ser a ‘revolução perdida’, a deserção do político, a volta à esfera privada, o prestígio do individualismo hedonista” (p. 88).

A partir da metodologia construída, “nada mais proíbe” aos autores, “privilegiar metodicamente uma leitura norteadada pelo problema do individualismo”. A “lógica do individualismo” transformada em “fio condutor para a reflexão do historiador de 68”, não é mais a “infra-estrutura oni-explicativa”. Ela define – na sua “coexistência possível e necessária com outras aproximações” – o “ângulo de leitura específica”, de uma

interrogação construída a partir de um “único ponto de vista”: o da “história intelectual e cultural recente de Maio de 1968” (p. 89).

Assumindo o “ângulo de leitura” ou o “fio condutor” da “lógica do individualismo”, nenhuma heterogeneidade resta entre o *Pensamento* 68 e o Movimento de Maio.

“Num certo sentido”, Maio teria sido uma “revolta dos sujeitos contra as normas”, mas numa significação muito precisa: o da “afirmação da *individualidade* contra a pretensão das normas à *universalidade*” e a da inauguração de um “processo que tem por horizonte previsível a dissolução do Eu como vontade autônoma, ou seja, a destruição da idéia clássica do sujeito” (p. 89-90). O Eu do narcisismo contemporâneo obedecendo à “lógica da heteronomia” produziria, ainda, um outro efeito: o da “transformação da intersubjetividade”, que não mais seria “um reconhecimento recíproco das liberdades”, fundada na vontade autônoma dos sujeitos, mas uma mera “contemplação humorística do outro, como um ‘gadget cômico’ ” (p. 91).

O “sujeito morre no advento do indivíduo”. Deste ponto de vista, “o papel desempenhado pelas diversas figuras do pensamento 68 torna-se compreensível: da psicanálise lacanizada às derivações nietzscheano-marxistas, o pensamento 68 legitima filosoficamente a heteronomia em nome da qual o Eu fluidificado se esvazia de toda substância. Criticando como ‘metafísico’ ou como ‘ideológico’ o projeto de domínio e de verdade sobre si mesmo” (a noção tradicional de subjetividade), (...) “os *sixties* filosofantes iniciaram e acompanharam o processo de desagregação do Eu, que conduz à consciência *cool* e desenvolta dos anos 80” (p. 91-2).

O humanismo: o retorno do sujeito como vontade autônoma e da inter-subjetividade como diálogo entre consciências (espaço público)

A reconstrução metodológica do livro realizada com o objetivo de identificar o posicionamento filosófico e teórico dos autores e simultaneamente perceber de que modo a interpretação construída se inscreve no debate contemporâneo sobre a modernidade, permite evidenciar algumas questões centrais.

As premissas metodológicas adotadas pelos autores na construção do tipo ideal do *Pensamento* 68, na construção de uma lógica do campo interpretativo (no que se refere ao Movimento de Maio) e na construção do que definem como princípio do pluralismo interpretativo, têm um pressuposto comum que precisa ser explicitado (explicitação esta não realizada pelos autores). Ao assumir estas premissas (a partir de R. Aron e de Weber) os autores não explicitam, até as últimas consequências, o recurso interpretativo adotado. A questão weberiana da “relação com os valores” e a questão do estatuto do sujeito e da intersubjetividade permitem conduzir a análise na direção da elucidação daquele pressuposto comum.

A questão da relação com os valores: o tipo ideal enquanto instrumento de pesquisa (dimensão explicitada) é antes de tudo o recurso “indispensável para a formulação dos problemas” de que esta tratará. A construção dos problemas, que “exprimem os interesses dos pesquisadores” remete aos “pressupostos valorativos da atribuição de um caráter significativo ao campo do real selecionado” para análise: a construção do tipo está subordinada à importância significativa que os traços dos eventos (...) selecionados para compô-lo, assumem para o pesquisador em termos de suas consequências” (dimensão não explicitada). “Tomado em sua acepção plena o tipo é, portanto, a expressão metodológica da orientação do interesse dos cientistas que o constroem e aplicam” (Cohn, 1979, p. 95-6). *A questão do estatuto do sujeito e da intersubjetividade*: tanto a noção de sujeito como a de intersubjetividade estão presentes na concepção weberiana. O objetivo fundamental da compreensão, categoria fundamental para a interpretação de Weber, é sempre o de compreender o sentido de uma ação social ou de uma relação social. Em ambos os casos a sede efetiva do sentido é o sujeito/agente. No limite, a possibilidade máxima da compreensão do sentido, seja da ação ou da relação está construída a partir da concepção da autonomia do sujeito, fundada na racionalidade (embora em Weber as ações dos sujeitos possam muitas vezes ter consequências que questionem a própria autonomia).

A questão da relação com os valores e o estatuto do sujeito na perspectiva weberiana (pressupostos apenas implícitos na interpretação dos autores) permitem a construção da interpretação do livro, dentro dos objetivos propostos.

O humanismo: valor central da filosofia e da cultura contemporânea, não pode para Ferry e Renaut, ser confundido com a metafísica nem com a ideologia burguesa. Se não se pode hoje “retornar aos valores da filosofia das Luzes”, é impossível não se referir a eles e fazer (como o faz o Pensamento 68) “tábula rasa desta tradição” (p. 22). “Para que o humanismo não seja destruído ao mesmo tempo em que a metafísica é desconstruída [numa discussão com Heidegger] é preciso que seja levada em consideração a significação desta abertura constitutiva da *ek-sistencia* (...) A *ek-sistencia* como abertura parece somente ter sentido se pudermos pensá-la enquanto autonomia: a idéia de humanidade apenas surge como tal, se a abertura pode ser pensada a partir deste horizonte de autonomia que lhe confere seu sentido e sua representabilidade” (p. 243). A construção do tipo ideal do Pensamento 68, enquanto *anti-humanista* está fundada nos pressupostos valorativos dos pesquisadores, cujo traço significativo, atribuído à cultura, à filosofia e portanto à modernidade, é justamente o da autonomia dos sujeitos.

A questão do sujeito: considerada como “fio condutor” para a construção da lógica do campo interpretativo de Maio de 68 – questão central na perspectiva weberiana, sem a qual a possibilidade mesma da compreensão não poderia sequer ser posta – está do

mesmo modo fundada nos pressupostos valorativos dos pesquisadores. A morte do sujeito, entendida como o advento do individualismo e da heteronomia enquanto características do tipo ideal do Pensamento 68 e do Movimento de Maio, configura-se, aqui também, como uma construção cuja referência valorativa (construída a partir da modernidade) é a do *sujeito como vontade autônoma*. No anti-humanismo e na filosofia da desconstrução, o “homem como dimensão de autonomia desaparece” (p. 242). Contrariamente ao anti-humanismo, consideram os autores não ser absolutamente necessário “retirar da idéia ou do ideal, isto é, da própria Idéia de autonomia todo sentido e toda função” (p. 244).

A questão da intersubjetividade: como “reconhecimento recíproco de liberdades”, fundada na “vontade autônoma dos sujeitos”, do mesmo modo configura-se como pressuposto valorativo dos autores, atribuído à modernidade. O tipo ideal do Pensamento 68 e do Movimento de Maio construído enquanto uma “transformação da intersubjetividade” (contemplação humorística do outro), marcada pela “destruição do Eu como consciência voluntária” e pelo “ódio” à universalidade das normas configura uma clara referência a valores: a de um “espaço comunicativo”, enquanto “espaço público” (Habermas) fundado nos valores da *res publica*, possibilidade única de um “verdadeiro diálogo entre consciências suscetíveis de pensar suas diferenças sobre o fundamento da identidade” (p. 148-9). Se o “consenso” é “livremente consentido” o que teria de “tão temerário?” Se não se procura “obtê-lo pela livre discussão” o que restaria senão a possibilidade da “violência?” (p. 264). Esta indagação (posta pelos autores visando especialmente Foucault e Lyotard) e que podemos formular como questão central, permite inscrever a interpretação construída pelo livro, no que se refere à modernidade, no registro aberto por Habermas (o da “ação comunicativa”, que supõe a autonomia) e no limite no registro de um retorno a Kant (o “uso público da razão” e a capacidade do “homem de servir-se de seu próprio entendimento”). (Ver Torres F², 1987).

A interpretação construída por Ferry e Renaut, embora rigorosa, é polêmica porque assume em alguns momentos um discutível tom desqualificador em relação ao que chamam “filosofia da desconstrução”. Do Pensamento 68 à consciência “cool” dos anos 80, é o anti-humanismo que se abre à “barbárie”, enquanto regressão que substitui “o ideal de uma *natureza submissa a uma vontade* [ideal moderno] por um ideal pré-moderno de uma *natureza à qual a vontade é submetida*” (referência à Kant) (p. 262). Sair do registro da mera polêmica e trazer para o primeiro plano o posicionamento dos autores, no que se refere à modernidade, pareceu-me um caminho mais estimulante para o debate contemporâneo.

O anti-humanismo e a heteronomia como traços característicos do Pensamento 68, segundo Ferry e Renaut, construídos segundo uma referência valorativa atribuída à modernidade – o sujeito como vontade autônoma e a intersubjetividade como reconheci-

mento recíproco de liberdades fundada na vontade autônoma do sujeito – estão remetidos à tradição filosófica clássica do sujeito autônomo. Contudo, os autores, com relativa facilidade, designam como heteronomia perspectivas filosóficas distintas que, ao romperem com a idéia clássica de sujeito, procuram problematizar a questão do sujeito e da autonomia a partir de outros pressupostos.

Designar como legitimadoras da heteronomia as perspectivas que problematizam as questões da soberania do sujeito e as das filosofias da identidade e da contradição – sem falar da junção de autores tão distintos no “fundo comum” do Pensamento 68 – nos leva a relativizar a seriedade filosófica dos autores que resvala para a retórica da ideologia (embora mantendo o tom da objetividade, já apontado, na construção do tipo ideal do Pensamento 68).

Tentar inserir à força a idéia clássica de autonomia do sujeito na perspectiva heideggeriana da *ek-sistenc*ia e designar como heteronomia a idéia de autonomia tematizada de modos distintos pelo conjunto dos autores analisados – que põem a questão da relação inconsciente/consciente para refletir sobre a idéia mesma de sujeito e a possibilidade de autonomia, enquanto negação do discurso do Outro (Lacan e mesmo Castoriadis, 1982, p. 122-129), ou que repõe a questão do sujeito enquanto domínio de si, por si, *enkrateia*, independentemente de uma Lei moral (Foucault, 1984, p. 61-62), para ficar com alguns exemplos – termina por obscurecer as questões da modernidade a partir de uma postura que acaba se revelando como dogmática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELL, Daniel. *Les contradictions culturelles du capitalisme*. Trad. M. Matignon. Paris, P.U.F., 1979.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- COHN, Gabriel. *Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber*. São Paulo, T.A. Queiroz, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade II. O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro, Graal, 1984.
- HABERMAS, Jürgen. Modernidade versus pós-modernidade. *Arte em Revista*, São Paulo, 7, ano 5, ago. 1983.
- LASCH, Christopher. *A cultura do narcisismo*. Rio de Janeiro, Imago, 1983.

246 CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. Maio de 68: o advento do individualismo e da heteronomia. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 1(1): 235-246, 1.sem. 1989. Comentário crítico da obra de Jean Luc-Ferry e Alain Renaut. **Pensamento 68**: ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo. São Paulo, Ensaio, 1989.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo, Cia. das Letras, 1988.

TORRES Fº, Rubens Rodrigues. Respondendo à pergunta: quem é a ilustração? In: ————. *Ensaio de filosofia ilustrada*. São Paulo, Brasiliense, 1987. p. 84-101.